

A Inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino de Londrina – PR¹

O objetivo principal deste trabalho foi o de levantar subsídios para a contratação do Psicólogo Escolar para a Rede Municipal de Ensino de Londrina, conforme prevê a Lei nº 6.951 de 07/01/97. Tratou-se de caracterizar o trabalho do Psicólogo Escolar no âmbito das instituições de ensino e apresentar uma pesquisa realizada junto a 32 escolas municipais, cujo objetivo foi o de levantar a necessidade da inserção deste profissional na Rede Municipal de Ensino de Londrina. Os dados levantados confirmaram a necessidade da inserção deste especialista junto às escolas municipais, considerando as dificuldades encontradas pelos entrevistados no cotidiano escolar.



Crystianne C. Pandolfi
(Coord.), **Áurea Emi**
Ota, Gisele Strini,
Ivanylce V.B.O.
Buzolin, João Batista
Martins, Luciana M.
Casagrande

A educação é um fenômeno muito complexo. Tal complexidade pode ser vislumbrada ao se observar o número de disciplinas que dela se ocupa. A princípio, os fenômenos educacionais eram abordados quase que exclusivamente pela Pedagogia. Ao longo do tempo, disciplinas como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, etc... têm se voltado para tal objeto, o que sugere não mais a consolidação de uma única ciência da educação, mas várias: as ciências da educação (Nóvoa, 1996).

Tal multiplicidade de abordagens tem revelado a escola, o espaço onde se efetiva a educação formal – aquela que se preocupa fundamentalmente com a transmissão do conhecimento construído socialmente ao longo dos tempos, como uma instituição caracterizada pela heterogeneidade, principalmente pelo fato dela estar inserida num contexto sócio-cultural que também se caracteriza como heterogêneo.

Esta multiplicidade também tem revelado, cada vez mais, as mazelas e as dificuldades que a escola tem enfrentado para dar consecução de seus objetivos. E, apesar de tantas investigações, tantos pareceres, tantos planos políticos, os graves problemas educacionais continuam aí: os altos índices de evasão, o alto índice de analfabetos, a insatisfação de professores pela sua condição de trabalho, insatisfação das famílias pelo insucesso de seus filhos, etc...

Apesar da educação escolar ser um objeto de estudo de várias disciplinas científicas, nem todas estão representadas no organograma das escolas. Os profissionais que compõem as Equipes Técnicas das escolas representam uma única categoria profissional: a do Pedagogo, nas habilitações de Supervisor de Ensino e de Orientador Educacional. No entanto, apesar da constituição destas Equipes, as escolas continuam enfrentando problemas na estruturação de intervenções mais contundentes para a superação de suas dificuldades.

Nesse sentido, entende-se ser uma prioridade a implantação de uma Equipe Técnica composta de distintos profissionais para o apoio aos Educadores³ no âmbito do sistema educativo: esta é uma bandeira de luta para as diversas categorias profissionais que estão empenhadas na compreensão do fenômeno ensino/aprendizagem.

A categoria dos Psicólogos é uma das categorias profissionais que tem se mobilizado para ampliar seu campo de atuação profissional, principalmente junto ao sistema educacional, com a perspectiva de compor as Equipes Técnicas que atuam junto às escolas públicas. Foi com a perspectiva de consolidar tal intuito que a direção do Conselho Regional de Psicologia da 8ª região (CRP-08) – Sub-Sede Londrina, implementou várias ações junto à Câmara e à Prefeitura municipais de Londrina, culminando com a aprovação da Lei nº 6.951 de 07/01/97, que dispõe sobre a criação do cargo de Psicólogo Escolar para atuar na Rede Municipal de Ensino.

Entendendo que tal perspectiva de atuação não deve ser respaldada exclusivamente por uma questão legal, a Sub-Sede Londrina do

Conselho Regional de Psicologia implementou uma pesquisa junto às escolas da Rede Municipal tentando identificar as necessidades das mesmas, bem como a viabilidade da inserção do Psicólogo neste campo de trabalho.

Em seguida, portanto, será feita uma discussão sobre as relações entre a Psicologia e o campo educacional; discutir-se-á as possibilidades da prática do Psicólogo Escolar junto aos estabelecimentos de ensino. Logo após esta discussão “teórica”, serão apresentados os resultados da pesquisa referida anteriormente e discutido a inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino na cidade de Londrina.

Entende-se que este documento possibilitará viabilizar junto ao poder público (tanto no âmbito do Legislativo como do Executivo) e junto à população em geral, uma discussão mais ampla sobre o papel do Psicólogo no contexto educacional de tal forma que viabilize as proposições da Lei nº 6.951 de 07/01/97.

Educação e Psicologia: Um Encontro Possível !

No Brasil o encontro da Psicologia com o campo educacional seguiu, de uma certa forma, os modelos predominantes em países europeus e os desenvolvidos nos Estados Unidos. Uma das primeiras expressões deste encontro em nosso país aconteceu com as proposições da Escola Nova na década de 20, representada por vários intelectuais tais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, etc... (Schwartzman et al, 1984). Pode-se observar que alguns destes Educadores buscaram na Psicologia alguns fundamentos para elaborar uma proposta pedagógica que assegurasse a formação do cidadão livre e consciente de seu papel na sociedade.

Segundo Wechsler (1996), vários países reivindicam o título de berço da Psicologia Escolar. Ela assinala ainda que a eclosão, no século passado, de problemas sociais ligados a mudanças de estilos de vida: dos ambientes mais personalizados, rurais e centrados na família, para os contextos despersonalizados,

1- Pesquisa realizada sob o auspício do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região- Sub-sede Londrina.

2- Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região – Paraná - Sub-sede Londrina - Rua Espírito Santo, 1793 – Londrina- Paraná 86020-420

3- Considerando Educadores todos os profissionais que trabalham no contexto escolar.

urbanos e industrializados das cidades, onde os laços comunitários, as ligações familiares tornaram-se muito menos importante, trouxe novas demandas para Educadores e Psicólogos.

Ainda segundo esta autora, com a expansão do ensino público nas cidades e a crescente ocorrência de problemas ligados aos menores como: abandono, negligência, delinquência entre outros, iniciou-se a procura de profissionais habilitados para fornecerem ajuda às escolas e aos órgãos jurídico-legais em relação a problemas de avaliação e à compreensão das dificuldades existentes e suas possíveis causas, sendo capazes de propor e implementar soluções.⁴

Patto (1984), atribui a Francis Galton, da Grã-Bretanha, e a Alfred Binet, da França, a condição de pioneiros da Psicologia Escolar. Galton estava interessado na "mensuração das diferenças individuais, parte importante na realização de seu projeto de aprimoramento da espécie humana, através da seleção dos mais capazes". Ele criou instrumentos de medida da inteligência e da personalidade, precursores das escalas, baterias, testes e provas que, posteriormente constituíram o principal instrumento de trabalho dos Psicólogos nas escolas e nas fábricas.

Contudo, para esta autora, foi Binet e Simon, seu colaborador, que ao elaborar a primeira escala métrica da inteligência infantil, constituíram o primeiro método da Psicologia Escolar: a psicomетria.

Não há dúvidas de que a partir deste momento, as relações entre o campo da Psicologia com o da Educação vêm se transformando ao longo do tempo. Tendo como ponto de partida, para estabelecer as relações que se desenvolveram entre Psicologia e o campo educacional, um texto de Almeida & Guzzo (1992), delimita cinco momentos distintos que marcam a história deste encontro interdisciplinar.

O primeiro momento descrito por estes autores teve como principal característica a investigação dos processos psicológicos envolvidos nas dificuldades que as crianças apresentavam em sua aprendizagem - especificamente a aprendizagem de conteúdos ministrados no ambiente escolar.

Neste momento foram desenvolvidos vários testes cujo objetivo era o de identificar e diagnosticar quais crianças apresentariam problemas em seu processo de inserção escolar.

Neste momento, alerta Andaló (1984), está implícita "uma visão de Psicologia Escolar vinculada a saúde mental, onde os problemas são equacionados em termos de saúde x doença, o que na escola se retraduz como problemas de ajustamento e adaptação" (Andaló, 1984, p. 43).

O segundo período descrito por Almeida e Guzzo, teve como problema central a questão da orientação vocacional. A perspectiva de se colocar "o homem certo no lugar certo" era a chave do trabalho de orientação escolar e profissional que se solicitava dos Psicólogos. A idéia central era a de orientar o jovem - a partir do conhecimento de suas aptidões e interesses - a procurar entre as profissões aquelas que mais se ajustavam às suas possibilidades e gostos.

O terceiro momento descrito por Almeida e Guzzo na história das relações entre a Psicologia e a Educação é marcado pela inserção do Psicólogo no ambiente escolar. Fundamentalmente a Psicologia é agora chamada para explicar na teoria e na prática a aprendizagem humana e, particularmente, a aprendizagem escolar.

Nestes três momentos anteriormente caracterizados, fica muito claro que a perspectiva que se coloca para o trabalho do Psicólogo - ao se inserir no contexto educacional (especialmente o escolar) - se subsidia numa visão conservadora e adaptativa "...uma vez que os problemas surgidos ficam centrados no aluno, isto é, a responsabilidade dos insucessos e dos fracassos recai sempre sobre o educando." (Andaló, 1984, p. 43)

Os três momentos históricos referidos vão consolidar, portanto, o ideário do fracasso escolar, ideário este que se estrutura sobre vários "mitos" desenvolvidos por várias disciplinas: o mito da teoria da carência ou privação cultural, o mito da desnutrição, o mito do QI, o mito das diferenças lingüísticas, etc... (Leite, 1988, Moysés & Collares, 1992).

4- Para uma análise crítica da relação entre a Psicologia, educação e o sistema jurídico ver Foucault, 1997.

Com a perspectiva de solucionar a repetência e evasão crônica de nossas escolas, desenvolveram-se, neste período, alguns programas de “educação compensatória” cujo objetivo era o de preparar aqueles mais desfavorecidos “cultural e intelectualmente”, de tal modo que pudessem manter-se no sistema educacional. Tais programas por sua vez, “pretendiam corrigir as deficiências das crianças praticando os códigos, treinando habilidades, ensinando a obedecer, discriminando a cultura de origem, culpando a criança, a família e o meio, pelas faltas existentes”. (Kramer, 1982, p. 62)

Dito de outra forma, os programas desenvolvidos - sob a luz das teorias psicológicas e educacionais - estigmatizaram, ainda mais, grande parcela da população - especialmente as crianças oriundas das classes populares - depositando nas mesmas e em seu meio ambiente a culpa pelo fracasso. O papel do Psicólogo Escolar era, neste contexto, de profissional que tinha por função tratar - através de procedimentos específicos - os alunos- problemas e devolvê-los à sala de aula “bem ajustados”⁵.

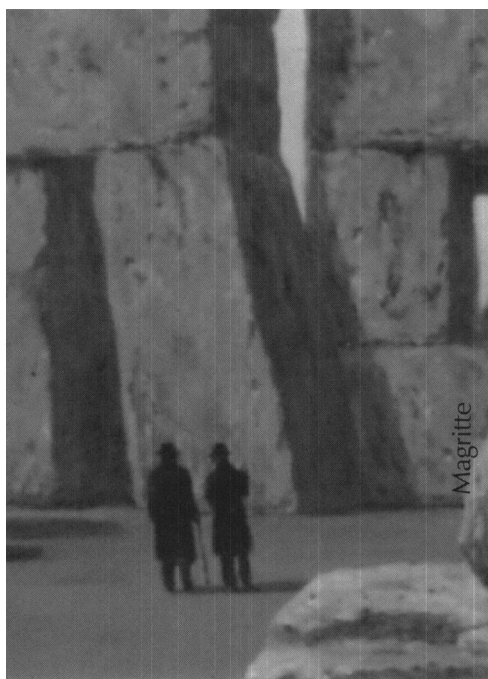
O quarto momento da história da relação entre a Psicologia e a Educação descrito por Almeida e Guzzo decorre de dois movimentos: um interno à Educação que passou a ser vista como um processo de desenvolvimento integral do indivíduo e das suas relações, e um relativo à Psicologia que passou a ter uma maior preocupação com a promoção do desenvolvimento psicológico, a prevenção, a qualidade de vida dos indivíduos e grupos (Almeida & Guzzo, 1992, p. 127).

Assim, a Psicologia ultrapassava a posição de mera auxiliar no processo educativo, pois são os processos psicológicos dos indivíduos e dos grupos que passam a ser o objeto de seu olhar, ou seja, a Psicologia passa a explicitar como a prática educativa, feita de uma certa maneira e com certa intencionalidade, pode afetar positiva ou negativamente o desenvolvimento humano.

O trabalho do Psicólogo, por sua vez, passou a assumir características de consultoria junto a outros profissionais da escola, em outras atividades e momentos que não os de

consulta psicológica⁶. Nesta nova posição dentro da escola a ação da Psicologia junto aos professores toma novas conotações: a relação deixa de ser informativa e passa a ser vista como preparação teórico-prática, ou seja, a intervenção junto aos professores deveria promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos⁷.

Este momento descrito por Almeida e Guzzo representa um avanço significativo nas relações entre Psicologia e Educação principalmente pela mudança da abordagem nela implícita.



Os programas desenvolvidos - sob a luz das teorias psicológicas e educacionais - estigmatizaram, ainda mais, grande parcela da população - especialmente as crianças oriundas das classes populares - depositando nas mesmas e em seu meio ambiente a culpa pelo fracasso.

Almeida e Guzzo caracterizam o quinto momento evolutivo da relação entre a Psicologia Aplicada e a Educação, sendo mediado pela intervenção, que passará a ser cada vez mais dirigida para as relações e os sistemas de interação existentes no interior da escola, na comunidade e no todo social. Esta forma de abordar a escola, ou melhor, os espaços educacionais, vem se consolidando ao longo dos anos. Tanto no campo da Educação como no da Psicologia encontram-se várias experiências com vários matizes teóricas e, conseqüentemente, com abordagens metodológicas específicas (Burin, 1984; Oliveira, 1984; Almeida & Lima, 1988; Yaslle, 1990; Castilho, Young & Domingues, 1994; Casullo, 1994).

5 - Obviamente que antes das crianças se inserirem em tais programas elas passavam pelo processo diagnóstico, geralmente elaborado a partir da aplicação de testes psicológicos, que “medem” suas capacidades intelectuais e seu desenvolvimento afetivo. Acredita-se que tais procedimentos asseguram a mística do “mágico” que ronda a representação social do Psicólogo.

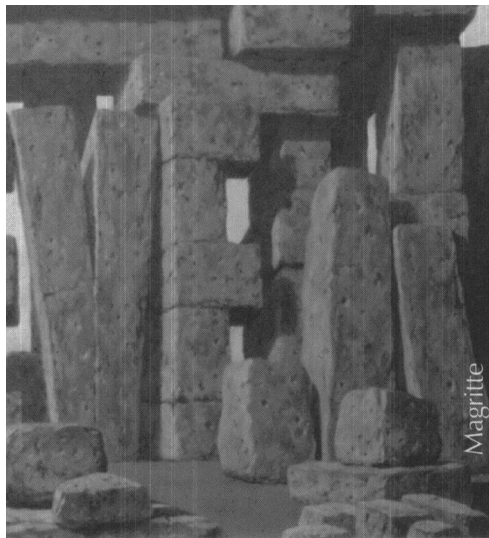
6- Para um esclarecimento mais detalhado desta modalidade de atuação ver Wechsler, 1991.

7 -Lima (1984) e Mansur, (1984) são alguns exemplos deste tipo de experiência.

O Lugar do Psicólogo Escolar

Atualmente, tem-se questionado: qual é o “lugar” do Psicólogo Escolar?

Em 1981, a APA (American Psychological Association) divulgou suas “Diretrizes de Especialidade para a Prestação de Serviços por Psicólogos Escolares”, definindo os papéis desempenhados por esses profissionais como: “serviços destinados a promover o desenvolvimento educacional e a saúde mental. A Psicologia Escolar é a única que diz respeito à população em idade escolar em geral”. (Lambert apud Wechsler, 1996).



É a partir do seu cotidiano que a escola se constrói, e é a partir dele que se estabelecem as representações daqueles que estão envolvidos com o contexto escolar: representações sobre si mesmos e sobre o mundo. (Ezpeleta & Rockwell, 1986)

Gomes (1995), realizou um estudo bibliográfico, onde constatou que a expectativa com relação ao Psicólogo Escolar é que este tenha como objeto principal de trabalho, a criança e o escolar, tendo permanentemente preocupação com os valores éticos na construção da sua prática.

Este mesmo autor, verificou em sua pesquisa que as funções do Psicólogo Escolar foram ligadas à: a) prevenção dos problemas escolares; b) participação em programas de saúde e educação abrangendo as áreas institucional, comunitária e social; c) adequação dos objetivos do sistema educacional às necessidades da comunidade escolar; d) manutenção da saúde mental no ambiente escolar; e) busca da compreensão dos valores, da motivação para a

aprendizagem e dos processos cognitivos de todos os alunos, principalmente os pertencentes a grupos minoritários; g) aproximação entre a teoria e a prática no seu trabalho rotineiro; i) ao apoio ao professor e equipe escolar nos aspectos de sua competência, isto é, da Psicologia da Educação favorecendo o bom andamento da educação escolar; j) reflexão junto à equipe escolar e comunidade sobre o papel da educação escolar, seu caráter ideológico e sua prática pedagógica; k) orientação de suas atividades para a busca e manutenção da base científica necessária em todas as estratégias de trabalho selecionadas como adequadas para a educação escolar.

Ora, tais atividades, assim como outras, devem ser priorizadas conforme os processos históricos sociais que circunscrevem o cotidiano da instituição escolar.

Ao entender a escola como uma instituição sociocultural, organizada e pautada por valores, concepções e expectativas, onde os alunos, os professores, a direção, os pais e a comunidade são vistos como sujeitos históricos, culturais (Martins, 1997), ela deve ser compreendida sob ótica de sua cotidianidade, em sua singularidade. É a partir do seu cotidiano que a escola se constrói, e é a partir dele que se estabelecem as representações daqueles que estão envolvidos com o contexto escolar: representações sobre si mesmos e sobre o mundo. (Ezpeleta & Rockwell, 1986)

Segundo Ezpeleta & Rockwell (1986), a escola se constrói a partir de duas histórias: uma história documentada, geralmente elaborada a partir do poder estatal, a qual destaca sua existência homogênea (onde são reproduzidas as ideologias dominantes). E outra história e existência não-documentada, através da qual a escola toma forma material, ganha vida. Aqui, a determinação e presença estatal se entrecruzam com as determinações e presenças civis de variadas características. Portanto, a homogeneidade documentada, decompõe-se em múltiplas realidades cotidianas. Nesta história não-documentada, nesta dimensão cotidiana, os educadores, os alunos e os pais se apropriam dos subsídios e das prescrições estatais e constroem a escola. Abordar a escola a partir de seu cotidiano,

portanto possibilitará ao Psicólogo desvelar as inter-relações entre essas histórias. Este imbricamento só é possível constatar no cotidiano escolar, observando as relações que ocorrem entre aluno x professor, professor x direção; aluno x direção; pais x professores; pais x direção, etc.

Nesse sentido, entende-se que cotidiano escolar é o espaço privilegiado para a atuação do Psicólogo Escolar, pois é onde ocorre o encontro dos diversos segmentos que estão envolvidos com o dia-a-dia da escola, o que circunscreve o campo para a emergência das contradições que estão implícitas nas relações sociais que ali se desenvolvem (Martins, 1996). Assim sendo, a principal função do Psicólogo Escolar dentro da escola é a de, a partir de seu cotidiano e de sua história, proporcionar situações coletivas onde se desvele os significados implícitos nas relações (sobre a escola, sobre o conhecimento, sobre o aluno, etc...), de tal forma que os envolvidos no processo dêem novos significados para as relações que ali estabelecem (Martins, 1996).

A prática da Psicologia Escolar, portanto, deve ser caracterizada como um espaço de reflexão sobre a realidade escolar, assim como um espaço propício para a expressão das angústias e das ansiedades inerentes ao processo de formação. Em outras palavras, este espaço refere-se à continência que o Psicólogo Escolar deve propiciar junto à comunidade escolar, de forma que possa possibilitar a otimização destas relações sociais.

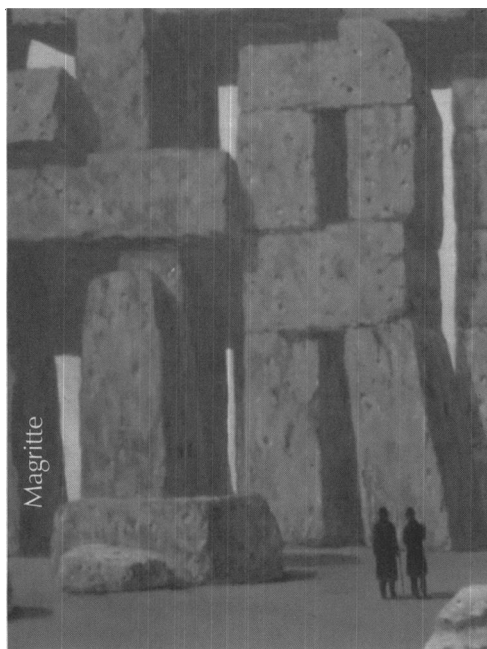
Tal perspectiva de trabalho, por sua vez, pode possibilitar, também, uma mudança nas representações que se construíram acerca do Psicólogo. Segundo Martins (1996), é comum identificar nas escolas, a percepção do Psicólogo Escolar como uma espécie de “mágico” capaz de resolver todos os problemas que as crianças possam apresentar. Tal representação levou o autor a duas hipóteses complementares: 1) de um lado, esta é uma tentativa de passar a responsabilidade da ação pedagógica para outra pessoa, e neste caso, o Psicólogo é bem vindo; e 2) por outro lado, na medida em que o Psicólogo é visto como “mágico” e pode “perceber o inconsciente”, o pedido de “cuidar de crianças” pode expressar o medo do

educador em expor sua relação, afastando a possibilidade de intervenção do Psicólogo junto a este profissional.

Intervindo no cotidiano escolar, possibilitando ao coletivo - professores, pais, alunos, direção, etc... - espaços de discussão e reflexão sobre este cotidiano, o Psicólogo terá acesso às representações que se estruturaram sobre sua atuação. E, assim sendo, terá a oportunidade de estabelecer novos parâmetros para a avaliação de suas atividades.

Desta forma, entende-se que o “lugar” do Psicólogo, seu espaço de atuação, deve ser “dentro” da escola. Ali, onde terá acesso ao cotidiano, ao dia a dia, ao quefazer diário de professores, alunos, direção, etc...

É neste contexto e neste lugar que o Psicólogo poderá contribuir para uma visão multidisciplinar dos processos educativos que acontecem no contexto escolar. Pois, inserindo-se na Equipe Técnica da escola,



junto com os outros profissionais (Supervisor de Ensino e Orientador Educacional), poderá estabelecer outros e novos patamares para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no cotidiano da escola, intervindo de modo a propiciar uma reflexão conjunta, que possibilite o levantamento de estratégias que venham a sanar as dificuldades enfrentadas neste cotidiano.

Da Pesquisa: A Inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino na Cidade de Londrina

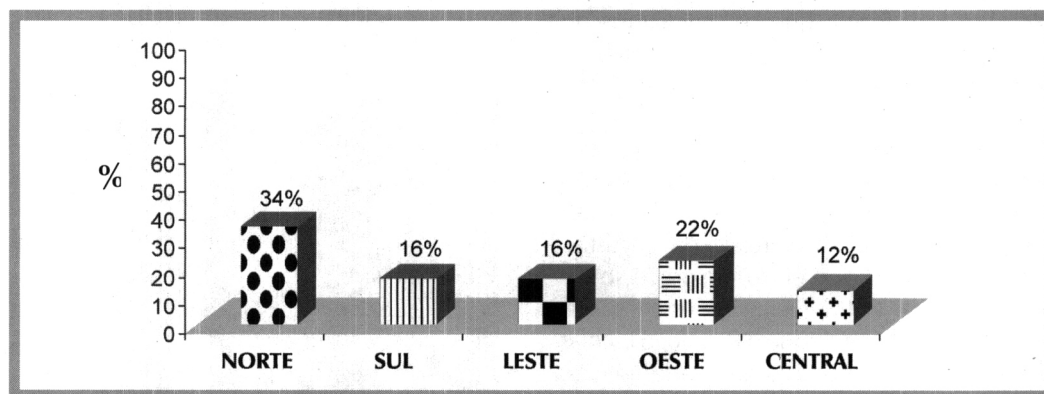
Tendo em vista a aprovação da Lei nº 6.951 de 07/01/97 pela Câmara Municipal de Londrina, onde prevê a criação do cargo de Psicólogo Escolar para compor o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, estruturou-se uma pesquisa junto à Rede Municipal de Ensino para subsidiar a discussão sobre a contratação deste profissional.

Entende-se que para que o Psicólogo Escolar possa atuar, precisa ter conhecimento de quais são as necessidades específicas de cada escola, considerando-se os profissionais e alunos que dela fazem parte, bem como o contexto social em que está inserida. É a partir de um levantamento de necessidades que o Psicólogo poderá destacar as que são do âmbito de sua atuação, e assim propor a implantação da Lei nº 6.951, de 07/01/1997, que criou o cargo de Psicólogo Escolar, na Rede Municipal de Ensino (urbano e rural) de Londrina – PR, objetivando o saneamento das necessidades escolares, o aumento da qualidade e da eficácia do processo educacional.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em 32 escolas municipais da cidade de Londrina – PR, das 65 existentes, distribuídas sazonalmente, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Figura 1: Distribuição das escolas pesquisadas nas Regiões de Londrina – PR.



Fizeram parte desta pesquisa 155 profissionais da educação. Em cada escola foram entrevistados: o diretor, o supervisor e três professores. O critério de escolha dos profissionais entrevistados baseou-se na representatividade de cada função dentro da instituição. Os educadores abordados não foram identificados quanto ao nome e escola onde trabalhavam. Além disso, nas escolas onde não havia a figura do supervisor, foi entrevistado o auxiliar de supervisão ou, na ausência deste, um outro professor, para completar o número estipulado de entrevistados, ou simplesmente foram entrevistados apenas os outros quatro profissionais.

Estes profissionais foram entrevistados por psicólogos no período de setembro a novembro de 1997.

Para o levantamento dos dados foi utilizado um questionário contendo questões sobre a caracterização da escola e de sua clientela, e questões que abordaram aspectos sobre os alunos, os pais, a equipe técnico-pedagógica, o conteúdo e o professor em especial.

Foi utilizada a técnica de escalograma para a mensuração e avaliação da opinião dos profissionais abordados, a respeito da intensidade dos problemas citados pelos mesmos.

Resultados

Dos 155 educadores, 84,52% afirmaram ter dificuldades em suas atuações profissionais com os alunos; 78,71% com os pais; apenas 21,94% com a equipe técnico-pedagógica e 38,71% com o conteúdo. (figura 2)

Figura 2: Resultados

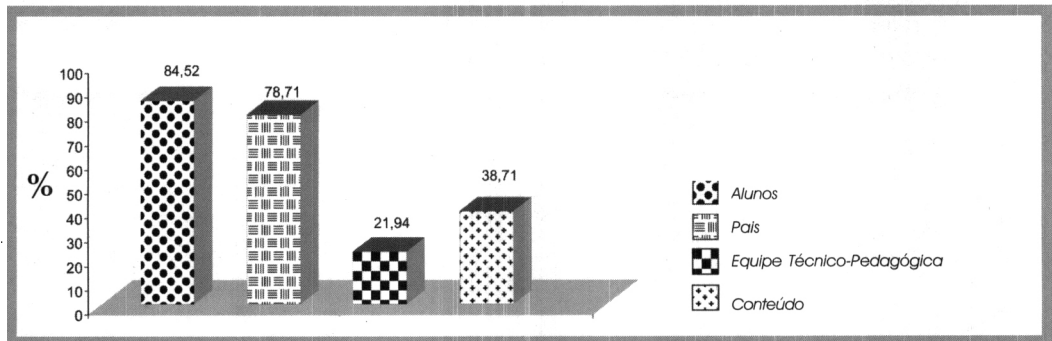


Figura 3: Dificuldades apontadas pelos educadores no trabalho com os alunos.

As principais dificuldades encontradas pelos entrevistados no trabalho com os alunos, 27,42% relacionam-se à dificuldade de aprendizagem, 23,87% à disciplina e 20,65% ao comportamento das crianças

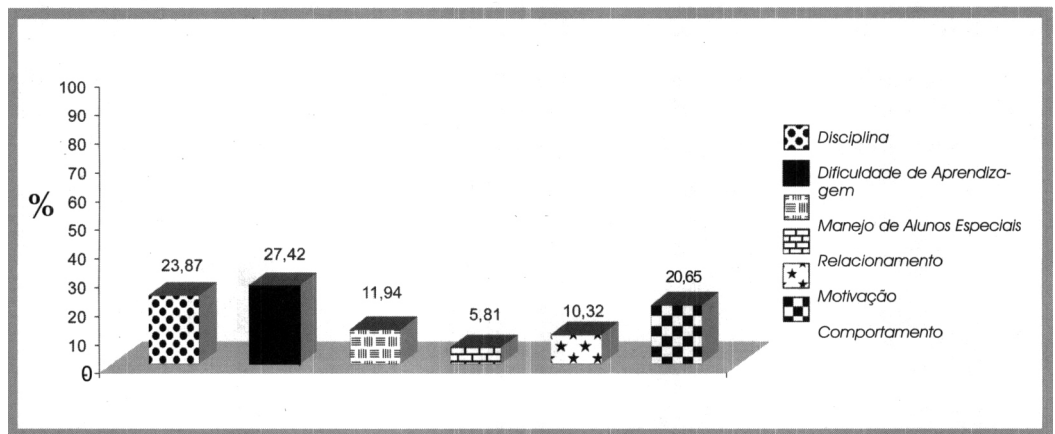


Figura 4: Dificuldades apontadas pelos educadores no trabalho com os pais.

No trabalho dos educadores com os pais, a maior dificuldade encontrada foi com relação à participação e acompanhamento da escolaridade dos filhos, com 38,49%, seguida pelo comparecimento em reuniões ou quando solicitados para tratarem de assuntos de interesse de seus filhos com 35,53%.

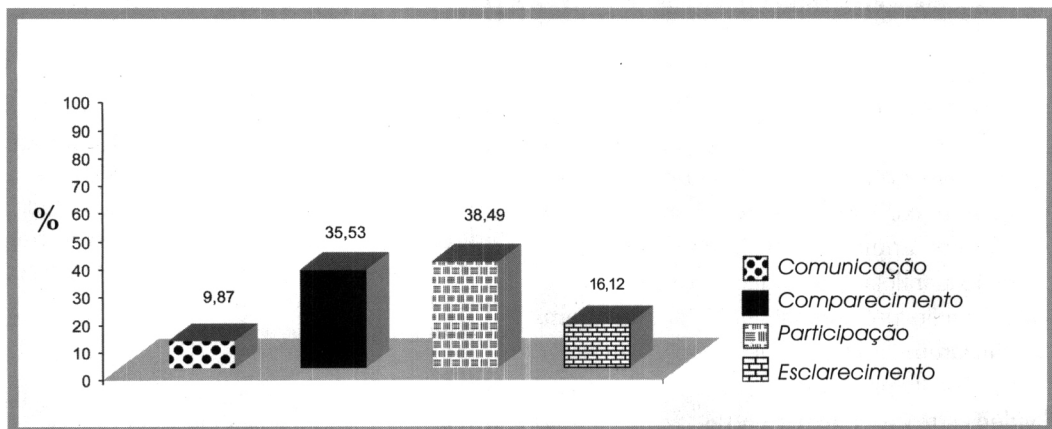


Figura 5: Dificuldades apontadas pelos educadores no trabalho com a equipe técnico-pedagógica.

No que se refere à equipe técnico-pedagógica, 31,88% das dificuldades dos entrevistados referiram-se à comunicação; 27,54% à colaboração e 20,29% à motivação.

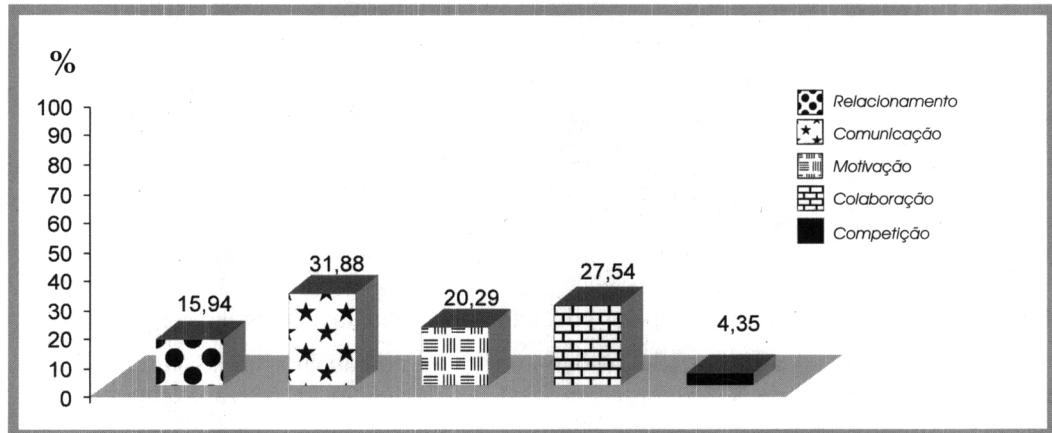
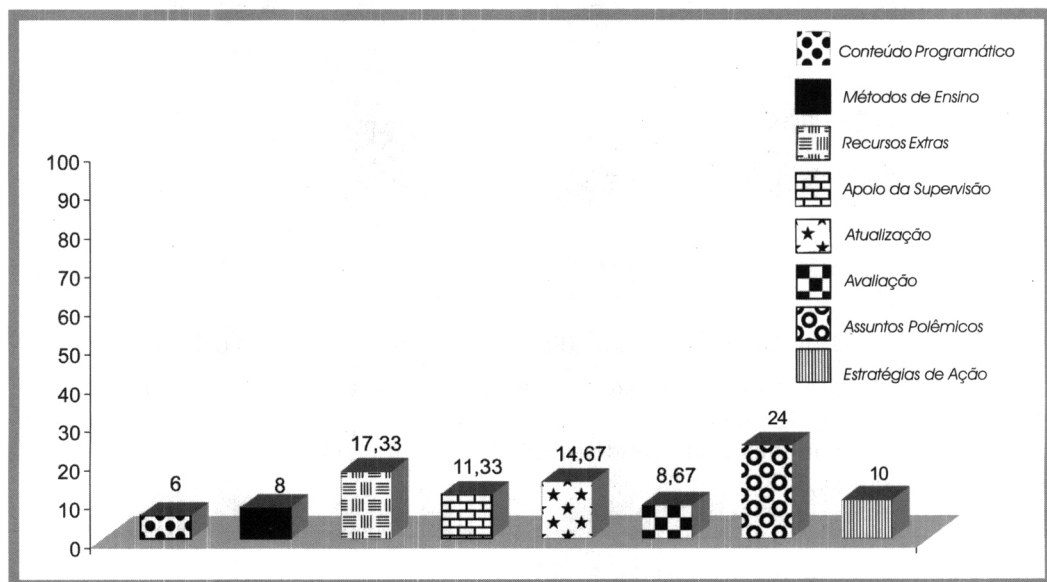


Figura 6: Dificuldades apontadas pelos educadores no trabalho com o conteúdo.

Já no item conteúdo, chamou-nos a atenção que 24% das dificuldades dos entrevistados relacionam-se com a abordagem de assuntos polêmicos e atuais; 17,33% com a escolha e o uso de recursos extras, e 14,67% com a sua atualização.

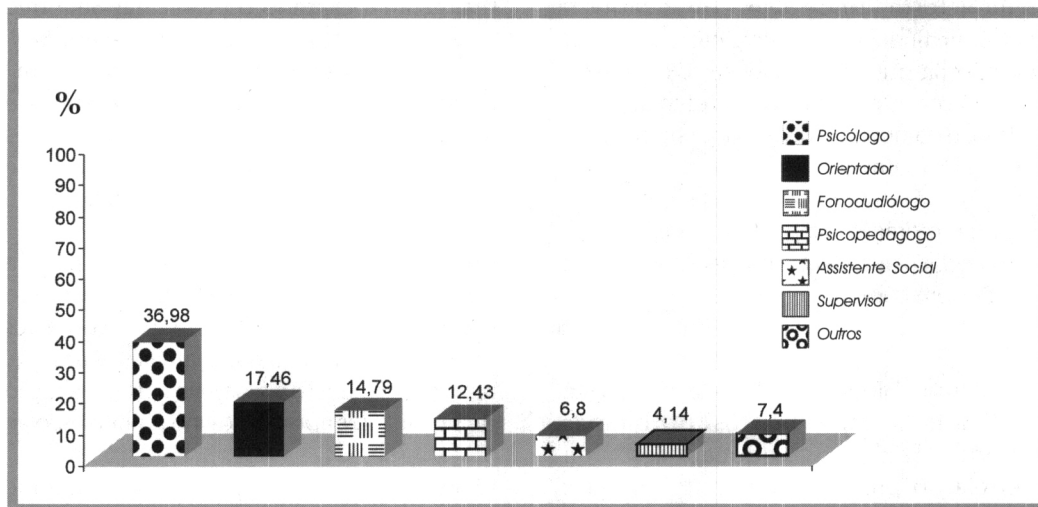


No que diz respeito ao caráter pessoal, 16,13% dos educadores apresentam problemas de saúde; 15,4% consideram-se introvertidos; 100% gostam da profissão que exercem; apenas 12,90% exercem outra função paralela à docência. Com relação à atualização profissional, 96,77% afirmaram atualizarem-se através de cursos, palestras, leitura de livros, grupo de estudos, pesquisas, vídeos e troca de experiências.

Além disso, 96,13% dos educadores afirmaram a necessidade do apoio de especialistas nas escolas, e entre eles destacaram: Psicólogo, Fonoaudiólogo, Psicopedagogo, Orientador Educacional, Supervisor, Assistente Social, Odontólogo, Pedagogo, Médico, Fisioterapeuta, Nutricionista, Advogado e Enfermeiro.

A figura ao lado demonstra os principais especialistas apontados pelos educadores.

Figura 7: Especialistas mais citados pelos entrevistados.



Quanto à falta de informações e esclarecimentos sobre temas não-pedagógicos, 50,97% gostariam de obter maiores informações sobre temas como: política, adolescência, sexualidade, relacionamento interpessoal, informática, Psicologia, DST, drogas, doenças infecto-contagiosas, oratória, trânsito, noções de eletricidade, saneamento, higiene, comportamento, religião, economia e educação especial.

E para finalizar, 73,55% dos educadores afirmaram desconhecer o trabalho do Psicólogo Escolar, sendo que apenas 9,03% já trabalhou com um profissional desta área e consideraram satisfatórias as intervenções realizadas pelo Psicólogo, tanto no âmbito escolar como fora deste contexto.

Discussão

Os dados mostraram uma realidade escolar bem conhecida e caracterizada pelos pesquisadores brasileiros. A maioria dos entrevistados diz ter dificuldades em relação aos alunos (84,52%) e seus respectivos pais (78,71%). Estas dificuldades, por sua vez, estão vinculadas a outras questões. Observando os comentários⁸ que alguns educadores fizeram durante a aplicação dos questionários, pôde-se constatar que eles relacionaram ao problema de dificuldade, problemas de “carência”. A carência, no entanto, toma várias dimensões: “carência afetiva”; “carência cultural”, “carência de ‘valores éticos’ ”,

“carência de condições sociais favoráveis”, “carência de maturidade física e psicológica para aprender”, etc... Entende-se que, de uma certa forma, os educadores “re-atualizam” os mitos que sempre acompanharam a compreensão do fracasso escolar, quais sejam: o mito da teoria da carência ou privação cultural, o mito da desnutrição, o mito do QI, o mito das diferenças lingüísticas, etc... (Leite, 1988).

Por não “saberem” lidar com tais questões, ou por não “conseguirem entender” o que se passa com os alunos, grande parte dos educadores sente-se incapaz de desenvolver seu trabalho. Para justificar suas dificuldades, elegem, além dos elementos já citados, o meio cultural e familiar como aqueles que não colaboram para o processo de aprendizagem dos alunos. Vale notar que, no trabalho dos educadores em relação aos pais, 38,49% das dificuldades encontradas foram referentes à participação e acompanhamento da escolaridade dos filhos.

Cabe salientar que as dificuldades que os educadores enfrentam quanto à participação dos pais na vida acadêmica dos filhos é bastante complexa, pois envolvem questões de disponibilidade de tempo, esclarecimentos sobre a importância da presença dos pais na vida escolar de seus filhos, etc... No entanto, cabe perguntar: a escola abre espaços de participação para os pais? Pode-se perceber que os pais são chamados para ir à escola em algumas situações: reuniões para apresentação de boletins e notas, quando seus

8 - Nem todos os entrevistados fizeram comentários em suas entrevistas. Tendo em vista o conteúdo dos mesmos, serão destacados aqueles que mais chamaram a atenção dos autores da pesquisa.

filhos “aprontam” alguma coisa, quando há alguma festa (onde são convocados a contribuir financeiramente), etc... Mas será que não há outras atividades, outras formas de envolver os pais na vida da escola? Nesse sentido, o comentário de um dos entrevistados é bem elucidativo:

“Não há interação do professor/pai/alunos e parte pedagógica, sem debates, conversas e soluções em conjunto”

Este último comentário desvela onde está localizada a maioria dos problemas enfrentados pelos educadores: na interrelação professor x aluno x escola x comunidade.

O Psicólogo Escolar, por sua vez, é um profissional que pode compreender tal situação e desenvolver atividades específicas que possibilitem um entrosamento melhor entre aqueles que estão implicados com o processo educacional: pais, alunos, professores, equipe técnica, direção, etc...

Um outro dado interessante levantado pelos questionários refere-se à relação que os educadores estabelecem com sua profissão. As entrevistas apontam que todos gostam da profissão que exercem; apenas 12,90% exercem outra função paralela. Com relação à atualização profissional, 96,77% afirmaram atualizarem-se através de cursos (oferecidos pela SME, de especialização, pós-graduação e outros), de estudos, pesquisas, vídeos e troca de experiências. Além disso, 96,13% dos educadores afirmaram a necessidade do apoio de especialistas, o que pode estar relacionado com a necessidade de informações e esclarecimentos de temas não pedagógicos (50,97%) e dificuldade em trabalhar assuntos polêmicos (24%).

Além disso, os resultados revelam que 38,71% dos entrevistados têm dificuldade em relação ao conteúdo⁹. Este dado é significativo, principalmente quando verifica-se que existe um alto índice de reprovação entre os alunos da 2ª fase do Ciclo Básico¹⁰. Isso sugere que, com a introdução do Ciclo Básico na Rede Municipal de Ensino, o problema de reprovação nas 1ªs séries do 1º grau, agora

está localizado nas 2ªs séries. Mas, onde estaria realmente localizado o problema? Será que se localiza nos processos de avaliação? Será que os professores se “apropriaram” adequadamente das propostas teóricas e técnicas do Ciclo Básico? Será que os pais entenderam as mudanças ocorridas, para que possam acompanhar melhor seus filhos?

Ora, entende-se que os processos de aprendizagem e de construção são muito complexos, pois envolvem outros contextos além da escola. A mídia, a família, os amigos, também influenciam o processo de construção de significados aprendidos no âmbito escolar.

O Psicólogo Escolar, junto com a Equipe Técnica da escola, pode promover situações onde os educadores possam refletir sobre suas práticas pedagógicas e sobre seus envolvimento com o trabalho. Oportunidade na qual poderiam tirar dúvidas quanto às formas mais adequadas de atuarem junto aos alunos que apresentam dificuldades (de aprendizagem e/ou comportamentais) em sala de aula.

Considerando as dificuldades encontradas entre os educadores quanto à Equipe Técnico-Pedagógica, 31,88% afirmaram ter problemas quanto à comunicação e 27,54% quanto à colaboração Cabe salientar que: “A qualidade da atuação da escola não pode depender somente da vontade de um ou outro professor.

É preciso a participação conjunta dos profissionais (orientadores, supervisores, professores polivalentes e especialistas) para tomada de decisões sobre aspectos da prática didática, bem como sua execução. Essas decisões serão necessariamente diferenciadas de escola para escola, pois dependem do ambiente local e da formação dos professores”. (Brasil, 1997, p105).

Nesse sentido, o Psicólogo Escolar pode, e deve, inserir-se na Equipe Técnica da Escola tendo em vista a especificidade de seu trabalho, qual seja, ele é habilitado a compreender a complexidade do processo ensino/aprendizagem, principalmente no que tange aos aspectos psicológicos nele envolvidos. Além disso, pode intervir nas representações sociais acerca dos fenômenos

9- Este dado deve ser analisado cautelosamente, pois mesmo não havendo identificação dos entrevistados, percebeu-se que os mesmos estavam receosos quanto à avaliação das psicólogas e colegas de trabalho, e na repercussão de suas respostas junto à Secretaria Municipal de Educação.

10 - A gerência de Secretarias Escolares – setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação informou que o índice de reprovação da 2ª fase do Ciclo Básico é de 15,7%. Dos 6.820 alunos matriculados em 1997 na zona urbana, 1.071 foram reprovados.

que acontecem dentro da escola, desenvolvendo programas que estabeleçam novos parâmetros para as atividades, esclarecendo sobre os melhores procedimentos para atuação junto a alunos com dificuldades.

Como pôde-se constatar, os entrevistados sentem necessidade de uma interação com outros especialistas. Dentre estes, observou-se que 36,98% consideram necessário o apoio do Psicólogo. A maioria não conhece e nunca trabalhou com o Psicólogo Escolar, mas verbalizou que sabe que este profissional pode atuar na escola colaborando para a melhoria da qualidade do ensino.

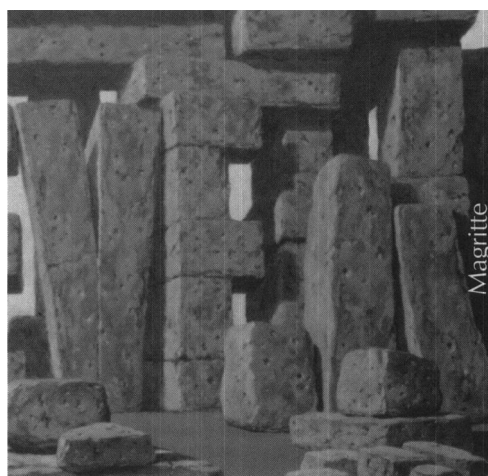
As justificativas dadas pelos entrevistados quanto à necessidade da presença do Psicólogo na escola foram bastante divergentes. Para alguns, este profissional seria importante pois “ele poderia trabalhar com os alunos”, o que sugere uma não implicação do educador com o processo de aprendizagem do aluno, como se a culpa pelo fracasso deste fosse exclusivamente dele. Foram dadas outras respostas, mais inclusivas, que apontam para um trabalho integrado entre professores, alunos e familiares. Apesar das divergências, todos que se referiram à necessidade de uma atuação do Psicólogo, localizaram este profissional no *âmbito da escola*. Entende-se que o Psicólogo, ao inserir-se neste contexto, poderá acompanhar e intervir mais prontamente junto ao cotidiano escolar, propondo programas e atividades respaldado por seu conhecimento das entrelinhas do contexto escolar. Tais programas e atividades possibilitariam aos educadores atuarem junto às crianças com dificuldades no próprio ambiente da escola, sem estigmatizá-las.

Conclusão

A pesquisa que foi implementada pelo CRP-08 Sub-sede Londrina junto às Escolas da Rede Municipal de Ensino confirma a orientação que foi apontada no início deste trabalho – o Psicólogo é um profissional muito requisitado pelos educadores para trabalhar no/o contexto escolar.

Isto nos revela uma nova perspectiva de trabalho com o aluno que apresenta dificul-

dades, tanto de aprendizagem como comportamental. A experiência dos educadores que participaram desta pesquisa com este profissional, reduz-se a um “tratamento” clínico de problemas presentes no contexto da escola (Andaló, 1984); ou ainda a estágios supervisionados na área de Psicologia. Cabe ressaltar que estes tipos de trabalhos não atingem por completo os problemas enfrentados no cotidiano, pois abordam somente um lado do problema: o aluno, desconsiderando os contextos em que ele está inserido: a escola e a comunidade.



A proposta de inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino de Londrina ora apresentada, revela-se mais apropriada, pois atende de forma mais imediata às necessidades daqueles que atuam diretamente com os alunos, bem como às necessidades destes últimos.

Entende-se que este profissional pode desenvolver programas específicos dentro do contexto escolar que esclareçam mais as implicações do que fazer pedagógico, diminuindo-se o nível de preconceito e de estigmatização atribuída aos alunos. Dito de outro modo: este profissional pode, junto com a Equipe Técnico-Pedagógica, propiciar situações que favoreçam a resolução dos problemas enfrentados pelos educadores *dentro do próprio contexto escolar*, sem estigmatizações e/ou encaminhamentos que possam favorecê-las.

Sabe-se da importância da presença dos pais na vida escolar de seus filhos. Entende-se que

existem várias dificuldades para a inserção dos mesmos no contexto da escola. Os educadores entrevistados destacam que a escola tem assumido funções que não lhe cabe, e sim aos familiares dos alunos. Nesse sentido, o Psicólogo Escolar pode propiciar situações envolvendo pais e educadores de tal forma que eles possam assumir as suas reais responsabilidades na vida acadêmica dos alunos, bem como as implicações próprias de cada um no processo de formação dos mesmos.

A inserção do Psicólogo Escolar na equipe técnica da escola, portanto, é fundamental, pois é um profissional que vem somar no sentido de esclarecer as dimensões psicológicas implicadas tanto no processo ensino/aprendizagem como na relação que os educadores estabelecem com seu trabalho. Quanto a este último aspecto, o Psicólogo pode propiciar um espaço de reflexão mais sistemático junto a estes profissionais, levando-os a repensarem suas práticas, suas dificuldades, seus encaminhamentos, etc... e a buscarem novas soluções para os problemas que vivenciam.

Diante disso, o Psicólogo Escolar pode ser um profissional, ao inserir-se na equipe técnica, dinamizador do processo de formação dos educadores, proferindo e organizando palestras, encontros temáticos, cursos, etc... que atendam às demandas mais emergentes dos profissionais que atuam na escola. Deve-se esclarecer que, nestas situações – as de formação – o Psicólogo Escolar poderá trabalhar tanto os aspectos relativos à atuação dos profissionais que trabalham na escola – por exemplo, os de cunho pedagógico – como aspectos referentes aos vínculos que estes profissionais estabelecem com seu próprio trabalho – por exemplo, os relativos ao stress, à satisfação profissional, etc...

Observou-se nas entrevistas dos profissionais que participaram da pesquisa, que existe uma certa confusão quanto a caracterização do papel do Psicólogo Escolar. Entende-se que o esclarecimento sobre a prática deste profissional efetivar-se-á quando ele for inserido definitivamente neste campo de atuação – especialmente no âmbito da Rede Pública de Ensino, pois será no exercício da profissão que se delinearão suas formas de intervenção.

**Crystianne C. Pandolfi (Coord.), Áurea Emi Ota,
Gisele Strini, Ivanylce V.B.O. Buzolin, João Batista
Martins & Luciana M. Casagrande**
Pesquisa realizada sob o auspício do Conselho Regional de
Psicologia – 8ª Região - Sub-sede Londrina Conselho
Regional de Psicologia – 8ª Região – Paraná - Sub-sede
Londrina - Rua Espírito Santo, 1793 –
Londrina- Paraná 86020-420



Almeida, L. S. & Guzzo, R. S. L. (1992). A relação psicologia e educação. *Estudos de Psicologia*, v. 9, nº. 3, 117-131.

Almeida, N. V. F. de & Lima, C. G. de. (1988). O psicólogo na instituição escolar: relato de uma experiência. *Revista de Psicologia*, v. 6, nº. 1, 111-122.

Andaló, C. S. de L. (1984) O papel do psicólogo escolar. *Psicologia Ciência e Profissão*, ano 4, nº. 1, 43-46.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, Vol. 1.

Burin, C. M. (1984). Diagnóstico institucional - um enfoque teórico-prático com vias a uma intervenção do psicólogo na escola. *Psico*, v. 8, nº. 1, 76-100.

Castilho, M. L., Young, P.M. & Domingues, S. (1994). *Algunas reflexiones sobre el rol del psicólogo en la escuela media*. Comunicação apresentada no XVII Congresso Internacional de Psicologia Escolar/II Congresso Nacional de Psicologia Escolar.

Casullo, M. M. (1994). Modelos alternativos para integrar escola, família e sociedade. *Anais do XVII Congresso Internacional de Psicologia Escolar/II Congresso Nacional de Psicologia Escolar* (pp. 47-52). Campinas: PUCAMP.

Foucault, M. (1997). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 15 ed. Petrópolis: Vozes.

Gomes, V.L.T. (1995). *Psicologia Escolar: teoria, prática e compromisso social*. Em: Guzzo, R.S.L.; Witter, G.P.; Wechsler, S.; Pfomm Netto, S. e Rosado, E. O futuro da criança na Escola, Família e Sociedade. Campinas, S.P.: Alínea.

Kramer, S. (1982). Privação cultural e educação compensatória. *Cadernos de Pesquisa*, nº. 42, 54-62,.

Leite, S.A. da S. (1988). O fracasso escolar no ensino de primeiro grau. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 69, nº. 163, p. 510-540.

Lima, C. M. B. de. (1984). Trabalhando e aprendendo com professores. Em: Y. Khouri e cols. *Psicologia escolar*(pp. 23-38). São Paulo: EPU.

Mansur, L. H. B. (1984). Grupo operativo com professores. Em: Y. Khoury e cols. *Psicologia escolar* (pp. 14-22). São Paulo: EPU.

Martins, J. B. (1996). *Observação Participante: uma abordagem metodológica para a psicologia escolar*. Semina Ci. Sociais/Hum., v. 17, nº. 3, p. 266-273.

Martins, J. B. (1997). "A escola pública como um espaço sócio-cultural". p'anta r'ei - *Revista da ADUEL - SINDIPROL*, ano 2, nº. 2, p. 05-11.

Moysés, M.A.A. & Collares, C.A.L. (1992). A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. *Cadernos CEDES 28: O sucesso escolar: um desafio pedagógico*(pp. 31-47). Campinas: Papirus.

Nóvoa, A. (1996). As ciências da educação e os processos de mudanças. Em: S. G. Pimenta (coord.). *Pedagogia, ciência da educação?*(pp.71-106). São Paulo: Cortez.

Oliveira, V. M. S. C. de. (1984). Clube de mães: relato de uma experiência. Em: Y. Khoury e cols. *Psicologia escolar*(pp. 109-117). São Paulo: EPU.

Patto, M.H.S. (1984). *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz.

Schwartzman, S. et al. (1984). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: São Paulo: EDUSP.

Wechsler, S. N. (1991). Consultoria escolar: características básicas. *Anais do III Encontro Paranaense de Psicologia*(pp. 17-23). Curitiba:CRP/08,.

Wechsler, S. N. (org.). (1996). *Psicologia Escolar: pesquisa, formação e prática*. Campinas: S.P. Alínea.

Yasle, E. G. (1990) *A formação do psicólogo escolar no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. PUC-São Paulo.

Referências bibliográficas